

Demonstrações Contábeis

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações
contábeis dos Projetos do Acordo FMA - Mecanismo Operacional
para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro
(Acordo FMA)

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Demonstrações contábeis dos Projetos do Acordo FMA - Mecanismo Operacional para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis dos Projetos do Acordo FMA - Mecanismo Operacional para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro.....	1
Demonstrações contábeis dos Projetos do “Acordo FMA”	4
Notas explicativas às demonstrações contábeis dos Projeto “Acordo FMA”	6
Relatório do auditor independente sobre o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro dos Projetos do Acordo FMA - Mecanismo Operacional para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro	11
Relatório do auditor independente sobre a estrutura de controles internos dos Projetos “Mecanismo Operacional para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro”	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis dos Projetos do Acordo FMA - Mecanismo Operacional para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro

A
Secretaria Executiva e ao Conselho Deliberativo do
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO
Projetos do Acordo FMA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis dos Projetos do Acordo FMA - Mecanismo Operacional para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro (“Acordo FMA” ou “Projetos”), gerido pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO (“Entidade”), financiado com recursos do acordo de cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado do Ambiente - RJ e o Banco Bradesco S.A., para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis dos Projetos do Acordo FMA acima referidas para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os contratos firmados entre as partes e com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e restrição sobre distribuição ou uso

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que descreve a base contábil dessas demonstrações contábeis, elaboradas para auxiliar a Entidade no cumprimento das cláusulas para elaboração de relatórios contábeis do contrato acima mencionado. Consequentemente, as demonstrações contábeis podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se, exclusivamente, para utilização e informação da Diretoria da Entidade e dos financiadores dos Projetos do Acordo FMA, e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não essas mencionadas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com os contratos firmados entre as partes e com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na nota explicativa nº 2. e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade dos Projetos do Acordo FMA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda encerrar os Projetos do Acordo FMA, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento dos Projetos do Acordo FMA.

Os responsáveis pela governança dos Projetos do Acordo FMA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, a garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional dos Projetos do Acordo FMA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar os Projetos do Acordo FMA a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP015199/O-6



Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador CRC-RJ091370/0

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Demonstrações contábeis dos Projetos do “Acordo FMA”

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos recursos dos Projetos do “Acordo FMA”, ocorrida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 está apresentada abaixo:

	Notas	INSTRUMENTO I-A CARTEIRA CA CCA	INSTRUMENTO I-B CARTEIRA CA FEDERAL	INSTRUMENTO I-C RESERVA REG. FUNDIÁRIA	INSTRUMENTO III-A - FINAN. FIDUCIÁRIO	INSTRUMENTO IV - OP. REST. FLORESTAL	INSTRUMENTO V - TAC	INSTRUMENTO VI - OP. OUTRAS FONTES	Total Acordo FMA
Saldo dos Projetos no início período		41.097	3.368	9.246	30.966	2.651	2.359	6.262	95.949
Rendimentos líquidos sobre aplicações(*)	3	1.467	117	335	1.112	95	89	243	3.458
Saldo dos Projetos ao final do período	3	42.564	3.485	9.581	32.078	2.746	2.448	6.505	99.407

(*) Valor refere-se ao rendimento financeiro, obtido da aplicação financeira, líquido do imposto de renda que será retido quando do resgate pelo Funbio.

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Demonstrações contábeis dos Projetos do “Acordo FMA”

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos recursos dos Projetos do “Acordo FMA”, ocorrida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 está apresentada abaixo:

	Notas	INSTRUMENTO I-A CARTEIRA CA CCA	INSTRUMENTO I-B CARTEIRA CA FEDERAL	INSTRUMENTO I-C RESERVA REG. FUNDIÁRIA	INSTRUMENTO III-A - FINAN. FIDUCIÁRIO	INSTRUMENTO IV - OP. REST. FLORESTAL	INSTRUMENTO V - TAC	INSTRUMENTO VI - OP. OUTRAS FONTES	Total Acordo FMA
Saldo dos Projetos no início período		40.078	3.281	9.025	30.195	2.585	2.302	6.117	93.583
Rendimentos líquidos sobre aplicações(*)	3	1.019	87	221	771	66	57	145	2.366
Saldo dos Projetos ao final do período	3	41.097	3.368	9.246	30.966	2.651	2.359	6.262	95.949

(*) Valor refere-se ao rendimento financeiro, obtido da aplicação financeira, líquido do imposto de renda que será retido quando do resgate pelo Funbio.

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos Projeto “Acordo FMA”

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Fundo Brasileiro Para a Biodiversidade (“Entidade” ou “FUNBIO”) é uma Entidade nacional privada, sem fins lucrativos, que trabalha em parceria com os setores governamental, empresarial e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam destinados a iniciativas efetivas de conservação da biodiversidade. A sede da Entidade está localizada na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º e 6º andares, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ e estabelecimento em Brasília - DF na SHN Quadra 2, Bloco F, Executive Office Tower, salas 1323 a 1326 na Asa Norte.

Entre as principais atividades realizadas estão a gestão financeira de projetos e fundos de recursos, o desenho de mecanismos financeiros e estudos de novas fontes de recursos para a conservação, além de compras e contratações de bens e serviços. O FUNBIO é credenciado como agência implementadora do GEF - Global Environment Facility e do GCF - Green Climate Fund.

O Fundo Mata Atlântica (FMA), nessa demonstração contábil identificada como Projetos do Acordo FMA - Mecanismo Operacional para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, foi criado em 2016, âmbito do Acordo de Cooperação 04/2016, que recebeu a totalidade dos recursos remanescentes do Convênio SEA 003/2009 encerrado em 14 de novembro de 2016. Esse fundo é composto por 6 (seis) instrumentos de operação – sendo o Instrumento II devidamente finalizado em 2019 - criados nos termos previstos na Lei Estadual nº 6.572, de 31 de outubro de 2013, com a alteração dada pela Lei Estadual nº 7.061, de 25 de setembro 2015, de acordo com as condições e procedimentos estipulados no edital do Chamamento Público 01/16, no Manual de Gestão do FMA (a ser pactuado pelas partes), bem como da Resolução SEA nº 491/15, alterada pela Resolução 503/16.

No exercício de 2021 os recursos vinculados aos 5 (cinco) instrumentos remanescentes de operação sofreram variação de rendimentos uma vez que os Projetos do Acordo FMA encontram-se sobrestados até aprovação de novos projetos no âmbito das Câmaras competentes na Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro (SEAS/RJ). Segue abaixo a relação dos instrumentos:

1.1. Instrumento Operacional de Compensação Ambiental - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

Mecanismo destinado a operar projetos oriundos de recursos de compensação ambiental, estabelecida com base no art. 36 da Lei Federal nº 9.985/00, em que o empreendedor, após anuência do INEA, opta por depositar os recursos em conta específica do Gestor Financeiro do FMA para execução de projetos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (CCA/RJ), subdividido em três formas:

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos Projeto “Acordo FMA”--Continuação

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Instrumento Operacional de Compensação Ambiental - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)--Continuação

a) Carteira de projetos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (CCA/RJ)

Destinado à execução de projetos apresentados por órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente, assim como aqueles destinados à gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), e aprovados pela CCA/RJ, que tenham por objetivo o apoio à implantação e manutenção de uma, ou mais, Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral.

b) Carteira de projetos oriundos de compensação ambiental federal

Instrumento destinado à execução de projetos em Unidades de Conservação (UC's), encaminhados pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que tenham por objetivo o apoio à implantação e manutenção de uma, ou mais, Unidades de Conservação estaduais.

c) Reserva de Regularização Fundiária

Destinada especificamente à regularização fundiária das Unidades de Conservação (UC's) instituídas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, tornadas de domínio público e sendo o proprietário expropriado indenizado, por meio de acordo judicial ou administrativo.

1.2. Instrumento Financeiro Fiduciário

Mecanismo financeiro destinado a captar recursos, cujo principal, sempre que possível, deverá ser preservado de forma a assegurar a gestão das Unidades de Conservação (UC's) criadas pelo poder público estadual, especialmente as suas despesas correntes, visando à sua sustentabilidade financeira em caráter permanente.

1.3. Instrumento Operacional de Restauração Florestal

Mecanismo destinado a operar projetos oriundos da obrigação de reposição florestal, prevista na Lei Federal 11.428/2007, devida pelo corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados pelo INEA, bem como nas demais obrigações consistentes em restauração florestal.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos Projeto “Acordo FMA”--Continuação

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.4. Instrumento Termo de Ajustamento de Conduta - TAC

Mecanismo destinado a operar projetos ambientais oriundos de TAC's celebrados com pessoas físicas ou jurídicas para ajustar sua conduta com o órgão ambiental face aos danos ambientais por elas praticados.

1.5. Instrumento Operacional de Outras Fontes

Mecanismo destinado a operar programas estaduais de proteção ambiental, cuja origem não sejam as hipóteses dos instrumentos apresentados acima.

Impacto COVID-19

Desde o início de janeiro de 2020, foi identificado o surto de um novo vírus denominado COVID-19. O Ministério da Saúde do Brasil comunicou o primeiro caso registrado no país em 25 de fevereiro de 2020 na cidade de São Paulo. Devido a velocidade de contaminação e crescente número de infectados, em 11 de março de 2020, o COVID-19 foi classificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia mundial.

Devido aos impactos da pandemia, desde 18 de março de 2020, foram adotadas uma série de medidas visando proteger a saúde e a segurança de nossos funcionários. As atividades de gerenciamento de projetos, gestão financeira e de desembolsos e de aquisições e contratações foram menos impactadas. Todavia, aquelas ações que dependiam de mobilidade de pessoal como: viagens, monitoramento de campo e tarefas locais foram reduzidas quando não adiadas.

O FUNBIO veio monitorando os desenvolvimentos relacionados ao COVID-19 durante 2020 e em 2021 deu continuidade no regime de home office, coordenando suas ações operacionais com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais e locais de saúde, Governos Federal, Estadual e Municipal e melhores práticas gerais de gestão de crises.

O FUNBIO considera que até o momento, não houve mudança significativa no valor justo de seus ativos e passivos trazidos pelas restrições da COVID-19.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos Projetos “Acordo FMA”--Continuação

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis

Base de elaboração e informações gerais

As demonstrações contábeis dos Projetos do Acordo FMA, foram elaboradas sobre a base contábil de recebimentos e pagamentos, sendo as receitas registradas quando do recebimento dos fundos (recursos) e as despesas reconhecidas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Essa prática contábil difere das práticas contábeis aplicáveis no Brasil, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do FUNBIO. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações contábeis em 30 de maio de 2022.

3. Fundos disponíveis

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos remanescentes das contas bancárias estão compostos, por projeto, conforme segue:

3.1. INSTRUMENTO I-A CARTEIRA CA CCA

Descrição	Tipo	2021	2020
Banco Bradesco - CDB 3000-7	Aplicação financeira	42.564	41.097

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, os rendimentos líquidos das aplicações financeiras totalizaram R\$1.467 (2020 – R\$1.019).

3.2. INSTRUMENTO I-B CARTEIRA CA FEDERAL

Descrição	Tipo	2021	2020
Banco Bradesco - CDB 3001-5	Aplicação financeira	3.485	3.368

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, os rendimentos líquidos das aplicações financeiras totalizaram R\$117 (2020 – R\$87).

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos Projeto “Acordo FMA”--Continuação

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Fundos disponíveis--Continuação

3.3. INSTRUMENTO I-C RESERVA REG. FUNDIÁRIA

Descrição	Tipo	2021	2020
Banco Bradesco - CDB 3002-3	Aplicação financeira	9.581	9.246

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, os rendimentos líquidos das aplicações financeiras totalizaram R\$335 (2020 – R\$221).

3.4. INSTRUMENTO III-A - FINAN. FIDUCIÁRIO

Descrição	Tipo	2021	2020
Banco Bradesco – CDB 3005-8	Conta Corrente	32.078	30.966

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, os rendimentos líquidos das aplicações financeiras totalizaram R\$1.112 (2020 – R\$771).

3.5. INSTRUMENTO IV - OP. REST. FLORESTAL

Descrição	Tipo	2021	2020
Banco Bradesco - CDB 3008-2	Aplicação financeira	2.746	2.651

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, os rendimentos líquidos das aplicações financeiras totalizaram R\$95 (2020 – R\$66).

3.6. INSTRUMENTO V – TAC

Descrição	Tipo	2021	2020
Banco Bradesco - CDB 3009-0	Aplicação financeira	2.448	2.359

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, os rendimentos líquidos das aplicações financeiras totalizaram R\$89 (2020 – R\$57).

3.7. INSTRUMENTO VI - OP. OUTRAS FONTES

Descrição	Tipo	2021	2020
Banco Bradesco - CDB 3010-4	Aplicação financeira	6.505	6.262

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, os rendimentos líquidos das aplicações financeiras totalizaram R\$243 (2020 – R\$145).

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários - CDBs estão representadas por títulos que garantem 100% da variação do CDI, com prazo de resgate de até 12 meses e risco insignificante de redução de valor. Os investimentos são mantidos em instituição financeira de 1ª linha.

Relatório do auditor independente sobre o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro dos Projetos do Acordo FMA - Mecanismo Operacional para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro

A
Secretaria Executiva e ao Conselho Deliberativo do
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO
Projeto Acordo FMA
Rio de Janeiro - RJ

Procedemos a auditoria das Demonstrações contábeis referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 dos Projetos do Acordo FMA - Mecanismo Operacional para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro (“Acordo FMA” ou “Projeto”), gerido pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO (“Entidade”), financiado com recursos do Acordo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado do Ambiente - RJ e o Banco Bradesco S.A., e emitimos nosso relatório correspondente ao mesmo, com data de 30 de maio de 2022.

Nossa auditoria foi direcionada para verificação do adequado cumprimento das cláusulas contratuais relacionadas diretamente aos assuntos contábeis e financeiros dos Projetos Acordo FMA.

Realizamos nossa auditoria em conformidade com as normas internacionais de auditoria e os requisitos dos Projetos do Acordo FMA de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado do Ambiente - RJ e o Banco Bradesco S.A. Essas normas exigem o devido planejamento e realização da auditoria para que possamos obter uma certeza razoável de que o FUNBIO cumpriu as cláusulas pertinentes aos Projetos do Acordo FMA de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado do Ambiente - RJ e o Banco Bradesco S.A. A auditoria inclui o exame, baseado em amostras, das evidências julgadas por nós apropriadas. Assim, consideramos que nossa auditoria oferece uma base razoável para nossa opinião.

Em nossa opinião, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, o FUNBIO cumpriu, em todos os seus aspectos substanciais, as cláusulas contratuais aplicáveis, de caráter contábil e financeiro, dos Projetos do Acordo FMA de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado do Ambiente - RJ e o Banco Bradesco S.A.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador CRC-RJ091370/0

Relatório do auditor independente sobre a estrutura de controles internos dos Projetos “Mecanismo Operacional para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro”

A
Secretaria Executiva e ao Conselho Deliberativo do
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO
Projeto dp Acordo FMA
Rio de Janeiro - RJ

Este relatório é complementar ao nosso relatório sobre as demonstrações contábeis dos Projetos do Acordo FMA - Mecanismo Operacional para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro (“Acordo FMA” ou “Projeto”).

A Diretoria do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, gestora dos Projetos do Acordo FMA, é responsável por manter uma estrutura de controles internos suficiente para mitigar os riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis e proteger os ativos sob a custódia dos Projetos, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. Para cumprir com essa responsabilidade, se requer juízos e estimativas da Diretoria para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à Diretoria uma segurança razoável, porém não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizadas, que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da Diretoria e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de demonstrações contábeis confiáveis. Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia do desenho e operação das políticas e procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das demonstrações contábeis dos Projetos do Acordo FMA referente ao período entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 obtivemos um entendimento da estrutura de controles internos e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis dos Projetos, e não para opinar sobre a eficácia da estrutura de controles internos.

A nossa auditoria do Acordo FMA relativa ao período entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 não revelou deficiências significativas no desenho ou operação dos controles internos, que, na nossa opinião, poderiam afetar significativamente a capacidade do FUNBIO para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma coerente com as afirmações da Diretoria nas demonstrações dos fundos recebidos e desembolsos efetuados, assim como de investimentos acumulados.

Uma deficiência significativa é a condição na qual o desenho ou operação de um ou mais elementos da estrutura de controles internos não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que poderiam ser significativos em relação ao demonstrações contábeis dos Projetos, e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos funcionários do FUNBIO durante o curso normal das funções que lhes foram atribuídas.

Nossa consideração da estrutura de controles internos não expõe, necessariamente, todos os assuntos do referido sistema que poderiam ser considerados deficiências significativas e, por conseguinte, não deve expor, necessariamente, todas as condições a serem informadas que poderiam ser consideradas deficiências significativas, em conformidade com a definição anterior.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador CRC-RJ091370/0